

TRAJETÓRIA E AÇÃO EDUCATIVA DO JORNAL *A PLEBE* (1917-1927)

Ody Furtado Gonçalves¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar o projeto educacional de intelectuais anarquistas ligados ao jornal *A Plebe*. O artigo trabalha com a hipótese de que a imprensa foi o principal instrumento pedagógico dos intelectuais que editavam e colaboravam com o jornal. Tal como a escola, a imprensa anarquista veiculava saberes e aciona estratégias de divulgação e assimilação desses saberes, tais como: bibliotecas, conferências, escolas, centros de estudos sociais, sindicatos etc.; ou seja, encetava ações que ratificam o jornal como um instrumento de *educação informal* por excelência.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa operária; Educação anarquista; Educação informal; *A Plebe* - Jornal.

ABSTRACT: This text presents the educational project of intellectual anarchists related to the paper *A Plebe*. The article works with the hypothesis that the written press was the main pedagogical of the intellectuals that edited and collaborated with com referred newspaper. As tee school, the anarchist press circulated knowledge and included divulgation and assimilation strategies of these knowledge, as so libraries, lectures, schools, social studies centers, unions, etc.. In other words, established attitudes that reaffirmed the function of newspaper as an instrument ops *informal* edition par excellence.

KEY-WORDS: Labor press; Anarchist education; Informal education; *Plebe* - newspaper

Na pequena e mal iluminada sala da gráfica à rua Santa Cruz da Figueira, nº 1, em São Paulo, o tipógrafo Edgar Leuenroth conversa com alguns companheiros. Discute com o advogado Neno Vasco e com o linopitista Mota Assunção a elaboração do primeiro número de um jornal operário: *A Terra Livre*. O espanhol Manuel Moscoso também participa da reunião. Estamos no ano de 1905.

[...] Com o advogado Benjamin Mota, o mesmo tipógrafo reunia-se desde 1901 para editar o jornal *A Lanterna*, que ficará famoso por seu anticlericalismo. Neno Vasco, figura proeminente do

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: odyfg@uol.com.br

movimento anarco-sindicalista europeu, dirige em São Paulo O Amigo do Povo [...] Mas é muitos anos depois que surge a mais famosa de todas as publicações libertárias A Plebe, cuidadosamente editada por Edgar Leuenroth. (Rago, 1985, p. 15-16).

A *Plebe*, “a mais famosa das publicações libertárias”, fruto do trabalho incansável de vários militantes anarquistas, começa a ser publicada em 09 de junho de 1917. O seu primeiro editorial, assinado por Leuenroth, intitula-se “Rumo a Revolução Social”. A manchete estampada na primeira página evidencia, dentre outros aspectos, o caráter de militância política e o entusiasmo com que os editores apresentavam o jornal. O interesse era deixar claro: o novo periódico que surgia estava disposto a ser o representante da “voz popular” que suplicava por mudanças.

Vem este jornal ser um eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa que desde os seringais da Amazônia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galerias do sub-solo, nos ergastulos industriais ou nos ínvios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulência os ladrões legais que aqui, em má hora, viram a luz do dia, ou, como aves de rapina, aportaram de outras paragens. (Leuenroth, 1917, n.1, p.1).

A *Plebe* não se propunha apenas representar a “voz do operariado paulista”. Seu intento era maior: ser “eco” dos “protestos e do conclamar ameaçador desta plebe imensa”. E de norte a sul, *A Plebe* queria representar todos os trabalhadores brasileiros “na luta contra o Estado, a Igreja e o militarismo”.

A *Plebe* e as greves de 1917

A *Plebe* surge em um “momento gravíssimo”: em meio às greves de 1917, na cidade de São Paulo, que vivia dois momentos opostos: por um lado, a cidade crescia economicamente, “principalmente pela ampliação da produção agrícola de gêneros de primeira necessidade” (Khoury, 1978, p. 23) e pela expansão comercial, por outro lado, a população sofria com os altos índices inflacionários ocasionados pela enorme emissão de papel moeda, “o que expressa num encarecimento do custo de vida”, desvalorizando o salário real dos trabalhadores. Contribuíram ainda para o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade o fenômeno da especulação: os comerciantes estocavam os produtos até o momento em que os preços subissem para novamente colocá-los no mercado,

Não obstante as reclamações, a especulação persiste; formam-se verdadeiros trustes que, apesar de provocarem o encarecimento da vida da população, contribuem, nesta fase, de modo significativo, para a expansão da acumulação capitalista. (Koury, 1978, p. 37).

À crise econômica, acrescenta-se o problema relacionado ao crescimento da população urbana de São Paulo: de moradia, de alimentação e educação. Os problemas vividos pelo operariado referem-se às questões relacionadas ao patronato, o trabalho do menor, os acidentes de trabalho, a

irregularidade do pagamento dos salários. Todas essas circunstâncias fizeram com que o ano de 1917 não fosse um ano qualquer na memória do movimento operário, mas o ano das primeiras greves gerais, da proliferação das manifestações de protesto contra a carestia de vida, contra as condições de trabalho nas empresas, contra as especulações e contra a inoperância do governo. (Koury, 1978, p. 59).

É neste contexto, de recrudescimento das lutas sociais, que estrategicamente os editores do jornal *A Lanterna* (periódico anticlerical que circulou em São Paulo entre 1901 e 1916) substituem o periódico anticlerical por um outro, também anarquista, denominado *A Plebe*.

A *Plebe* como facilmente se verifica é uma continuação da *A Lanterna*, ou melhor dizendo, é a própria *A Lanterna* que atendendo a excepcionaes exigencias do momento gravissimo, como nova feição hoje ressurgue para desenvolver a sua lucta emancipadora em um esphera de acção mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de oppressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, a odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências. (Leuenroth, 1917, n. 1, p. 1).

A estratégia dos editores de *A Plebe* foi muito inteligente, pois, se por um lado era preciso garantir que o público leitor de *A Lanterna* continuasse lendo *A Plebe*, por outro, era preciso arregimentar novos leitores. Daí a aparente contradição de Leuenroth que por um momento afirma: “*A Plebe* é a própria *A Lanterna*”, e depois rompe completamente com o periódico anticlerical, afirmando que, além de *A Plebe* surgir com uma “nova feição”, possui uma “esfera de ação mais vasta”, de “mais amplos horizontes”. *A Plebe* surge, portanto, com o claro objetivo de ampliar o público leitor do jornal, tendo como principal preocupação deixar claro que a luta não era apenas contra o “obscurantismo intelectual e moral” produzido pela Igreja, mas que essa luta se estendia a todo e qualquer tipo de dominação e exploração imposta ao trabalhador.

As novas bandeiras levantadas pelos editores de *A Plebe* abrangiam um conjunto de questões que estavam a surgir repentinamente em 1917. O periódico vinha a público para suprir a carência de um jornal que, unindo o trabalhador e conscientizando o povo, propunha-se a combater as péssimas condições de vida a que estavam sujeitos.

As notícias apresentadas por *A Plebe* indicam uma preocupação de fazer sentir ao operariado a exigência de uma organização e a necessidade de coesão e constância na postura da classe. Isto externa a liderança desse semanário no movimento que se desencadeia, quer fazendo sentir à população assalariada seus direitos, quer estimulando-a na luta por seus interesses. (Koury, 1978, p. 108).

Mesmo depois de 10 anos de publicação, é possível perceber que os editores desse jornal tinham muita clareza dos objetivos traçados em junho de 1917. Em 1927, depois de um longo período em que o jornal foi silenciado pelo Estado de Sítio de Arthur Bernardes, *A Plebe* reapareceria. No editorial, intitulado: “*A Plebe: voltando ao campo da lucta*”, os editores ratificam seus interesses:

Attingida mais uma vez pela reacção burguesa, “A Plebe” esteve com sua publicação interrompida desde julho de 1924.

Julgavam certamente os tyranos do capitalismo e os tartufos, os politiqueros que o *porta-voz do anarchismo* desta vez não mais resurgiria.

Como se vê, enganaram-se ainda uma vez. Como dos outros combates, elle resurge com o mesmo animo forte de sempre.

Voltando ao campo da lucta para sustentar a causa libertaria. “A PLEBE” tem, entretando, de contar com o apoio decidido, efficaz e permante de todos aquelles que concordam com a obra que este jornal alimentou durante tantos annos e que continuará a alimentar sem transigências e seus *novos combates contra todas as formas de tyrannias e de oppressão e pelo triumpho da liberdade e do bem estar para todos*, que somente será possivel quando for implantado o regime de verdadeira solidariedade humana - o communismo libertário.

Contamos, pois, com os camaradas. Estamos dispostos a dedicar o melhor de nossos esforços para o baluarte do anarchismo possa ressurgir cheio de vida, pleno de vigor e para que elle prospere na peleja em prol dos principios pelos quaes tantos dos nossos companheiros soffreram toda sorte de supplicios: perseguições continuadas, prisões consecutivas, o desemprego, o desterro, a deportação, os martyrios corporaes e a morte nas regiões inhospitas do degredo.

Muitos dos trabalhadores da “A PLEBE” tiveram essa sorte. *A historia deste orgão, que surgiu e viveu para a defeza dos direitos dos opprimidos* pelo dominio odioso do capitalismo sem entranhas, constitue um patrimonio de sinceridade em face da prepotencia burguesa, que sempre o distinguiu com o seu odio persistente e feroz. (A Plebe, 1927, n.245, p.1, grifos nossos).

Os ideais que os movem desde o surgimento do jornal são: “combate às tiranias” e “defesa do direito dos oprimidos” para preparar as bases da nova sociedade sustentada no comunismo libertário. Não há dúvidas que o jornal passou por várias mudanças no decorrer destes anos: mudaram seus colaboradores, suas estratégias de luta sofreram transformações. Mas, seu caráter de mobilização popular e de negação de qualquer forma de opressão foram mantidos intactos, indicando a coerência da militância do movimento aos ideais anárquicos em todo o período estudado (1917 a 1927). Objetivava-se a transformação social por meio da ação direta do operariado e do povo na sociedade capitalista. *A Plebe* queria ser “porta-voz” desse movimento, ser representante dos interesses dos anseios populares, promovendo uma intervenção organizada do povo contra os mecanismos que garantiam a manutenção da opressão: o Estado, a Igreja e a imprensa burguesa, dentre outros.

A Plebe: estratégia de luta da militância anarquista

Em 09 de junho de 1917 publica-se o primeiro número do semanário *A Plebe*. No decorrer daquele ano foram publicados – em meio à perseguição política – 19 números, desaparecendo, pela primeira vez, em 30 de outubro de 1917, quando o jornal foi empastelado e alguns de seus membros presos.

O jornal dirigido por Edgar Leuenroth, nesse momento, contava com alguns colaboradores bastante assíduos: Benjamin Motta, Bazílio Torrezão, Astrogildo Pereira, A. Hunter, Arsenic Bitencourt, Florentino de Carvalho, João Penteado e Andrade Cadete; outros, nem tanto: Angelo Vizzotto, Roberto Feijó, R. Soares, Vieira de Souza, José Alódio, Guilherme Gori e Octávio Prado. E ainda contava com a colaboração modesta de uma mulher: Valeska-Mari. Talvez essa “modesta” participação se deva ao artigo “Os anarquistas e a polícia”, no qual a autora questiona a atitude de seus companheiros anarquistas do Rio de Janeiro, que antes de realizarem uma manifestação pedem autorização para a polícia. Termina o texto, referindo-se à necessidade do uso de bombas para resolver as questões sociais.

Então, oh! Como seria salutar a dinamite. Sinto todo o meu ser sacudido por indizíveis tremores, crispam-me os dedos e com o olhar iluminado imagino o grandioso espetáculo do desbaratamento dessa tropa vil de calças vermelhas, envolta na fumarada da bomba reivindicadora. (Valeska-Mari, n.1917, n.5, p. 3).

É preciso ainda fazer uma observação sobre o artigo de Valeska-Mari. A publicação do texto é um claro indício de que os editores do jornal estavam propensos a publicar em *A Plebe* idéias que divergiam da tendência anarco-sindicalista² manifesta pelo periódico, naquele momento. Para os editores desse jornal, o órgão de reivindicação dos trabalhadores seria o sindicato revolucionário. A estratégia de luta não deveria passar pela violência, muito menos pelo uso de bombas, mesmo que fossem “reivindicadoras”, como afirma Valeska-Mari. Essa questão nem chegava a ser cogitada pelos colaboradores mais assíduos do jornal; ao contrário, alguns colaboradores insistiam na necessidade de o povo dissociar a idéia de anarquismo da de violência, tão em voga naquele momento.

“Criada como instrumento das greves de 1917” (Khoury, 1988, p. 8), *A Plebe* foi marcada, no seu primeiro ano de existência, pela militância política sustentada no anarco-sindicalismo. Seus editores, Edgar Leuenroth e Florentino de Carvalho, fizeram veicular no periódico, principalmente artigos que conclamavam o operariado à mobilização política e à sindicalização. A ordem era fazer greves, boicotar a produção, boicotar o consumo de determinados produtos, lutar por melhores salários, pela diminuição da jornada de trabalho. Enfim, em 1917 a luta, a formação do trabalhador, a constituição da sociedade ácrata passavam ou deveriam passar diretamente pelos sindicatos. O jornal, editado em quatro páginas, dedicava a terceira apenas para os anúncios de greve e mobilização do operariado.

O jornal começa a dar indícios da perseguição política por ele sofrida quando, em 15 de setembro 1917, aparece um suplemento, o de nº 13, trazendo um breve editorial, mas muito contundente, intitulado “O intuito da polícia e do governo”. Segundo esse editorial:

² “Os anarco-sindicalistas consideravam a associação sindical como a única organização legítima dos operários e como a única organização capaz de efetivar os ideais libertários”. (Magnani, 1982, p. 94). Defendiam o que chamavam de a “ginástica operária”, ou seja, a educação do operariado pela ação grevista, preparando-o para a “grande revolução”, que poria fim à sociedade burguesa.

Aconteça o que acontecer, nunca A Plebe deixará de circular. Ela é precisa e indispensável, porque os destinos da classe trabalhadora andam ligados aos seus [...]. Enganam-se os senhores do mando, supondo que, por tais processos, conseguirão esfacelar a organização sindical dos trabalhadores conscientes dos seus direitos e dos seus deveres. (A Plebe, 1917, n. 13, p.1).

É extremamente contundente a afirmação de que os destinos da classe trabalhadora deveriam andar atrelados aos d'A *Plebe*. Isso significa dizer que a mobilização dos trabalhadores não dependia apenas deles, mas do periódico que a mobilizava e a instruía para a luta. De contrapartida é a afirmação de que a classe trabalhadora se via representada por A *Plebe*.

Nenhum outro periódico teve uma vida tão longa quanto A *Plebe*³. Logo, o otimismo do editorial, poderia expressar muito bem como o trabalhador paulista via o periódico.

É muito difícil inferir o número de leitores que o periódico alcançava, mas esse otimismo indica que não eram poucos os seus leitores, principalmente se levamos em consideração que os editores do jornal foram fundamentais nas negociações entre os trabalhadores e os patrões em 1917, com a fundação do Comitê da Imprensa⁴.

Fora essa intervenção direta dos membros de A *Plebe* nas lutas dos trabalhadores, o editorial lembra que muitos dos membros do jornal estavam sofrendo perseguições sucessivas. Nesse sentido, os editores de A *Plebe* tiveram uma preocupação histórica com o futuro desse movimento quando, a partir das prisões e deportações, constituíram uma memória anarquista baseada na construção de um sentimento que associava o homem com ideais, e por isso perseguido, e do mártir morto, preso, deportado por amor à humanidade⁵. Afinal, em 30 de outubro de 1917, A *Plebe* foi empastelada. Mesmo assim, conseguiu publicar, no decorrer desse ano, 19 números do jornal.

Buscando outras e estratégias de mobilização

Em 1918, A *Plebe* não foi publicada, voltando a circular apenas em 22 de fevereiro de 1919. Nessa sua segunda fase, os editores mantiveram a seqüência do ano de publicação (Ano II), mas recomeçaram a contagem numérica do jornal. O primeiro exemplar de 1919 foi impresso como número 1.

³ Estudos sobre a influência dos jornais da imprensa operária na formação da classe trabalhadora ainda precisam ser realizados.

⁴ "Alarmados com a situação, membros da imprensa oferecem sua ação mediadora. Cria-se um Comitê da Imprensa com representantes da maioria dos jornais e entabulam-se as primeiras reuniões com industriais e operários". (Khoury, 1978, p. 62).

O Comitê da Imprensa "lidera a iniciativa de auxílio mútuo entre os operários para socorrer aqueles que estão em maior dificuldade". (Id., p. 65). A imprensa operária chama para si, nesse momento, a responsabilidade quanto à mobilização e instrução da classe trabalhadora. Procura comandar os trabalhadores, traçando diretrizes e estratégias de luta.

⁵ Sobre a perseguição de anarquistas e outros militantes da causa operária, consultar Dulles (1977).

Na nova fase do jornal, alguns colaboradores, como, por exemplo, Benjamin Motta, desaparecem dando lugar a outros militantes: Adelino de Pinho, José Oiticica, Afonso Schimidt, B. Ibyrat, Everardo Dias, Astrogildo Pereira, Fábio Luz e Astper. Observa-se ainda a presença marcante de duas mulheres: Isa Ruti e Teresa Escobar. Edgar Leuenrouth continua escrevendo no periódico mas com o pseudônimo de Demócrito.

A *Plebe* de 1919 apresenta novos colaboradores que, um tanto que decepcionados com os resultados das greves de 1917⁶, deram uma tonalidade um pouco diferente para o jornal. O periódico mantém seu caráter reivindicatório sustentado no anarco-sindicalismo, mas propunha novas estratégias de ação que não se limitavam apenas ao sindicato. Portanto, o ano de 1919 é recheado de discussões em torno da organização do movimento operário.

José Oiticica, ao discutir em seu artigo o que é a questão social para o trabalhador, admite que os problemas de classe não se limitavam à questão salarial, mas era, fundamentalmente, uma questão cultural.

A questão social é uma anciã, ancia de aperfeiçoamento da alma humana. Os trabalhadores não querem trabalhar menos, nem ganhar mais, querem ser mais homens; querem partilhar, não disputar como os lobos e os corvos. Querem conhecer o mundo, penetrar as leis que o regem, ser inteligência dominante, alterar o nível de cultura média, participando todos da ciência. (Oiticica, 1919, n.1, p. 2).

Em 1919, *A Plebe* amplia seu universo de ação. Se o ano 1917 foi marcado pelo envolvimento direto do periódico nas mobilizações e greves dos trabalhadores paulistas, nos anos seguintes, o jornal dividiu o seu espaço entre artigos que cobravam a sindicalização do trabalhador e aqueles que criticavam à falta de cultura e de conhecimento por parte dos trabalhadores e pregavam o desenvolvimento de estratégias para resolver esse problema. Ora, para José Oiticica, não bastava que o trabalhador se associasse, era necessário que também se instruisse. Segundo ele, a necessidade do desenvolvimento cultural do trabalhador não era apenas um interesse dos líderes da militância, mas era o desejo do próprio trabalhador de conhecer as leis naturais e sociais que eram conhecidas apenas pela “inteligência dominante”. Daí o empenho em que tais “leis” fossem conhecidas, também, pelos trabalhadores, pois as transformações sociais profundas e a hegemonia dos trabalhadores dependiam dessa visão ampla e profunda da realidade social.

Tendo em vista essa transformação, o processo revolucionário passava por uma greve geral, fruto da associação dos trabalhadores, mas a organização da sociedade futura exigia do trabalhador

⁶ O ano de 1917 seguiu as instruções do Primeiro Congresso Operário (1906), que determinava que o periódico fosse redigido “de modo compreensível, e isentos de questões pessoais”, o periódico deveria estar voltado apenas para as “informações sobre o movimento operário e associativo”. Os jornais publicados neste ano estavam voltados para anúncios de greves e mobilização da classe operária (Hall; Pinheiro, 1979, p. 43).

um desenvolvimento intelectual que lhe possibilitasse sua total autonomia com relação aos demais homens.

Em 1919, é possível identificar dois grupos distintos em *A Plebe*. De um lado, os que acreditavam ainda na organização sindical como instrumento fundamental na luta contra a burguesia para a constituição da sociedade futura. Esses eram os anarco-sindicalistas. Dentre eles, destacava-se Edgar Leuenroth que, como já afirmamos, escrevia com o pseudônimo de Demócrito. Por outro lado, os partidários do anarco-comunismo⁷ acreditavam principalmente no desenvolvimento de estratégias que permitissem o desenvolvimento intelectual do trabalhador. Assim, as diferenças estratégicas entre as duas tendências anarquistas provocavam lutas internas entre os colaboradores de *A Plebe*, e o artigo de Pedro Bastos é um exemplo dessas diferenças, ao afirmar que:

Não sou partidário da greve. Ela não produz senão resultados funestos para o próprio trabalhador. Ela não é estérea, improfícua, como pretendem outros, pelo contrário é fecunda em frutos, mas em frutos amargos, que o próprio trabalhador, quer queira quer não, está obrigado a devorar. (Bastos, 1919, n. 24, p. 2).

Essa avaliação de Bastos sobre o que a greve representava para os trabalhadores é muito severa, principalmente se levarmos em consideração que Leuenroth e seus partidários ainda insistiam para que o trabalhador se associasse e aderisse às greves de forma estratégica, bem organizada. Bastos não se limita a asseverar que as greves fracassariam. O peso de sua mensagem estava em dizer categoricamente para seus pares que os trabalhadores sofriam com os erros estratégicos das greves operárias. No entanto, voltamos a reiterar que, por um lado, o texto indica as divergências internas entre os colaboradores de *A Plebe*, por outro, testemunha como o espaço de publicação de artigos no jornal era democrático. Bastos termina o seu artigo sugerindo:

Preparando a Revolução. É o remédio, e o único remédio de por cobro aos desmandos desta vil burguesia, sempre sedenta de vítimas proletárias. Uma idéia no cérebro, uma carabina nas mãos e avante, trabalhadores, caminhemos para a conquista do comunismo-anárquico. Suprema solução. (Bastos, 1919, n. 24, p. 2).

“Uma idéia no cérebro, uma carabina nas mãos” é a clara adesão de Bastos às idéias anarco-comunistas. As insistências de alguns colaboradores do periódico na necessidade de que os trabalhadores se associassem pareceu ter irritado Bastos, que deixou de lado qualquer receio de afirmar que a vitória da anarquia dependia exclusivamente da “idéia no cérebro”. Nesse momento, a página terceira do jornal não mais se limitava apenas aos anúncios das organizações grevistas, mas

⁷ Os anarco-comunistas não aceitavam qualquer tipo de organização, mesmo a sindical. Ninguém poderia delegar a outro sua liberdade, os sindicatos não podiam se arrogar o direito de organizador da “grande revolução”, essa deveria ser espontânea, fruto da mobilização das massas conscientes. “Portanto, o meio de encaminhar a revolução é a formação dos grupos libertários de propaganda e educação, que conscientizem às massas”. (Magnani, 1982, p. 86).

divulgavam convites para as reuniões de trabalhadores nos centros culturais e outras atividades de instrução.

Na mesma página em que Basto escreveu seu artigo, A. Perez, em artigo intitulado “Um apelo aos operários”, respondia ao anarco-comunista: “Os trabalhadores de toda parte se organizam; constituem os seus sindicatos, enfim, preparam o futuro. Imitemo-os, que esse belo gesto demonstrará que somos homens conscientes”. (Perez, 1919, n.24, p. 2). Mas esse artigo de Perez é muito impecioso, pois toma como referência o operariado europeu.

Se lá na Europa a luta dos trabalhadores estava dando certo com a utilização dos sindicatos revolucionários, por que, no Brasil, dever-se-ia abrir mãos de tais instrumentos? Para Perez, o trabalhador europeu deveria ser a referência, por isso, imitá-los, seria sinal de conscientização dos trabalhadores.

A Plebe, um jornal diário

Entretanto, por onde passava o processo de instrução/educação do trabalhador?

Essa questão foi mim abordada em um outro trabalho⁸. Mas, cabe destacar, neste momento, a campanha que os editores desenvolveram naqueles anos para tornar *A Plebe* uma folha diária, posto que, até então, o jornal circulava semanalmente. Ao que tudo indica, essa campanha estava associada diretamente a uma mudança de estratégia dos colaboradores que, de certo modo, desiludidos com algumas derrotas das greves do operariado, decidiram priorizar a instrução do trabalhador, na luta contra a sociedade burguesa.

O artigo de A. V., intitulado “A arma indispensável”, fornece indícios que nos permitem fazer tal afirmação. O autor, tomando o proletariado italiano como referência, intima os trabalhadores a imitem o exemplo dos italianos, que defenderam seu jornal até as últimas conseqüências, e insiste na necessidade de o trabalhador brasileiro ter a sua imprensa diária: “A classe trabalhadora tem que estar munida desta arma indispensável que é a imprensa cotidiana” (A. V., 1919, n. 23, p. 3).

Essa “arma indispensável”, a imprensa proletária, deveria ser utilizada com eficiência contra a imprensa burguesa que ludibria e engana os trabalhadores. Nesse sentido, os colaboradores de *A Plebe* estão convencidos da influência “nefasta” que a leitura dos jornais burgueses poderia representar para os trabalhadores.

Há sempre entre o povo uma parcela de ingênuos dispostos a engolir as pílulas amargas, mas bem douradas, que os jornais da burguesia m alevolamente lhe impingem. Por isso

⁸ Procurei responder essa questão em minha dissertação de mestrado, intitulada: “A constituição do homem novo anarquista no ideário dos intelectuais do jornal A Plebe”, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2002, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

é preciso que estejamos alerta na barricada, para analisar, documentar, destruir as balelas que os nossos inimigos, que são os inimigos do povo, forjam contra nós. (Reis, 1919, n. 22, p. 2).

As “pílulas amargas” eram convidativas, não à toa eram “douradas”, por isso enganavam facilmente um povo sem instrução e lhes imputavam idéias completamente alheias aos seus verdadeiros interesses. A imprensa burguesa defendia, segundo os colaboradores de *A Plebe*, as idéias e os interesses de um patronato que estava preocupado em explorar cada vez mais os trabalhadores. Os jornais burgueses haviam se vendido aos donos de fábricas e ao Estado. O perigo estava na possibilidade de o trabalhador se identificar com suas idéias e engolir sucessivas vezes as “pílulas amargas” disfarçadas em tom dourado. Daí a necessidade de um jornal diário que defendesse de fato o interesse dos trabalhadores, o que representava a verdadeira “barricada” contra o controle de opinião feita pela burguesia.

As “barricadas” estariam levantadas quando fosse possível lutar no plano ideológico contra a burguesia que, armada de papel e tinta, procurava criar um consenso entre os trabalhadores para a política que a ela convinha. Um instrumento eficaz, segundo os anarquistas, para enfrentar essa luta seria o jornal, “arma indispensável” para o trabalhador “analisar” verdadeiramente quais seriam os intentos dos monopolizadores de opinião.

Era preciso “documentar” essa investida burguesa para que o povo, tomando conhecimento da verdadeira situação em que ele se encontrava, pudesse mover-se para “destruir as balelas” inventadas pela imprensa burguesa.

Essa preocupação dos colaboradores de *A Plebe*, não só com a influência ideológica dos jornais burgueses, mas também com a necessidade de desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores indica a intensidade das disputas pelo controle do processo de formação da opinião “popular”. Assim, o jornal *A Plebe* continuava sua militância política de arregimentação dos trabalhadores para as associações sindicais, mas, além disso, passava a investir numa luta “pesada” contra a imprensa burguesa.

O principal intuito desses colaboradores era instruir os trabalhadores pela veiculação de uma folha que ocuparia diariamente os espaços de leitura que esses indivíduos viessem a ter. Acreditava-se, assim, que a “barricada” estaria montada para não permitir o contato dos trabalhadores com leituras de jornais da imprensa burguesa. Portanto, lugar da resistência popular, o jornal se atribuía a missão de fincar suas idéias entre os leitores que, segundo os anarquistas, ainda se deixavam influenciar por jornais que nada tinham a ver com sua causa. Por isso, procuravam arregimentar um maior número possível de leitores, colocando-se como o verdadeiro representante das lutas dos trabalhadores.

Todavia, o ataque dos colaboradores de *A Plebe* não se limita à imprensa burguesa. Roberto Feijó, em artigo intitulado “Imprensa burguesa”, fazia menção a alguns jornais do Rio de Janeiro:

Entendo que toda imprensa que repudia a Revolução, é burguesa, mesmo quando a si mesma se chame socialista. Entendo que esta imprensa é a pior de todas, porque dizendo-se amiga do proletariado, o que ela faz, o que ela pretende e tem em vista é

ludibriá-lo, entregando-o torpemente e a seu tempo, algemado e sem defesa, nas mãos de seus carrascos.
Assim o terá entendido o proletariado do Brasil e especialmente o do Rio de Janeiro?
Parece que não, e lastimo-o. (Feijó, 1919, n. 22, p. 1).

Esse artigo é outro indício da estratégia dos colaboradores do jornal de convencer seus leitores de que *A Plebe* é o verdadeiro representante da classe trabalhadora. Se por um lado, execrava-se a imprensa burguesa, caracterizada como anti-revolucionária, por outro lado, a campanha para tornar *A Plebe* um jornal diário continuava. Roberto Feijó não mencionou no artigo o nome do jornal do Rio de Janeiro ao qual estava fazendo referência, o que é no mínimo estranho, já que era comum entre os colaboradores mencionar o jornal que criticavam.

A campanha, para que *A Plebe* fosse um jornal diário, continuava pedindo a colaboração financeira dos trabalhadores, para a efetivação e manutenção de tal intento. Depois de um mês de insistente propaganda, o jornal começou uma contagem regressiva para a sua primeira publicação diária, intimando todos os trabalhadores a darem apoio àquela empreitada, pois mesmo antes de começar a circular já anunciava as dificuldades de mantê-lo diariamente.

A campanha teve continuidade até 07 de setembro de 1919, quando os editores do jornal acreditaram poder publicá-lo diariamente. Isso em tese, porque de fato os editores não conseguiram. Quando muito, conseguiam editar o jornal a cada dois dias. Mudaram o reinício da numeração, tendo sido mantidos, entretanto, os anos de publicação. *A Plebe* “diária” circulou até 22 de novembro de 1919 e, por falta de recursos, voltou a ser publicada semanalmente, mas desde já bastante perseguida pelos órgãos repressão.

É importante observar que o conteúdo do jornal sofreu, no decorrer desse período, uma sensível mudança. Procurava-se instruir os trabalhadores para uma compreensão efetiva do que realmente seria uma sociedade organizada nos moldes anarquistas. Então os editores passaram a inserir no jornal textos que informavam o trabalhador sobre: as características da sociedade ácrata; a condição da família anarquista; as habitações populares em um regime anarquista e sobre outros temas referentes a esta sociedade por eles idealizada.

Os editores de *A Plebe* inseriam esses textos entre os artigos do periódico, colocando-os entre molduras que os destacavam dos demais. As fontes das letras eram geralmente maiores da fonte dos demais artigos e sempre vinham em negrito. Essa organização interna permitia que mesmo o leitor menos habituado e disciplinado para a leitura de jornais, ao folhear o impresso, se deparasse com aquelas chamadas, que tinham como objetivo instruir o leitor para os ideais do anarquismo. No texto a seguir é possível identificar algumas dessas preocupações dos colaboradores.

A igualdade que nós queremos não é metaphysica, mas real. Não oferece a todos a “mesma” razão, mas garante a todos a satisfação das suas necessidades, exigindo de todos não o “mesmo” esforço e a “mesma” capacidade, mas de cada um o dispendio de energia de que se sente capaz.

Não aspira á nivelção dos cérebros e estomagos, pertende, ao em vez, alcançar a harmonia social como resultados das multiplas satisfações. (Como entendemos ..., 1919, n. 31, p. 2).

O jornal procura, dessa maneira, deixar claro para o leitor como as idéias anarquistas se distinguem das outras, caracterizando-se por luta pela liberdade real dos indivíduos, por uma igualdade que não subtrai em nenhuma hipótese a individualidade de cada um. São inúmeros os textos que circularam nesse formato, a que nos referimos, comentando os mais diversos temas: a família na sociedade ácrata, o papel da mulher na nova sociedade, os benefícios que o trabalhador teria ao aderir à revolução. Outro texto, intitulado “A família no comunismo”, afirmava:

No regime comunista anarchico a base única da família é o amor e mantêm-se pela amizade, pelo respeito mutuo, livre de preocupações econômicas.
E se o amor que determinou a união vem a desaparecer e o convenio se transformar em opressão recíproca, dissolvendo-se a família, os filhos ficam amparados pela comunidade.

Sobre a família burguesa o texto complementava:

A família no regime burguez organiza-se tendo como base o interesse e as conveniencias e se conserva unida por liames artificiaes, compromissos vergonhosos, traições mal encobertas, litígios, offensas pessoaes, transacções e violências.
E quando nas classes pobres se dissolve, os filhos são abandonados á caridade pública e, faltando esta, são atirados á rua (A família..., 1919, n. 30, p. 2).

Nesses textos, os autores procuravam comparar o mal que a sociedade burguesa infligia ao trabalhador, como a falta de moralidade e respeito nas famílias, e os benefícios que ele gozaria na sociedade futura, por exemplo, o respeito mútuo entre homem e mulher que permaneceriam unidos não por conveniência, mas por amor verdadeiro. Era preciso deixar evidente para o leitor o que ele estava perdendo ao aderir à falsa moral burguesa que mantinha indivíduos unidos por simples interesses econômicos. Com isso, fica claro que o jornal “atua decisivamente no processo auto-educativo como meio de educação ágil e pouco dispendioso”, como instrumento de maior alcance, mais barato e mais eficiente para formar os “corações e mentes” dos “operários incultos”.

Essa mudança de estratégia não se dava apenas no âmbito do impresso. Hardman (1983) identifica mudanças nas estratégias adotadas pelos militantes anarquistas em 1919, ou seja, ao abandonarem “a tradicional festa de propaganda realizada em salões das ligas e entidades de classe”, carregada no aspecto doutrinário, aderem a atividades de cunho mais popular, voltadas para o espetáculo, como os “festivals, piqueniques e excursões a lugares públicos, ao ar livre”. Segundo Hardman, essa mudança de estratégia deveu-se principalmente ao fato de que os núcleos diretivos dos trabalhadores haviam percebido alguns paradoxos que a classe operária vivia, vale dizer, não só

a cultura burguesa era almejada por muitos operários, como também o discurso da direção do movimento estava muito longe de ser compreendido pela classe trabalhadora.

A mudança de estratégia do jornal *A Plebe*, de valorização de eventos culturais e não apenas político-partidário, está eminentemente ligada a um caminho de duas vias traçadas pelos editores e colaboradores do jornal. De certo modo, existe uma tentativa de que o discurso jornalístico seja de fácil compreensão para os diversos leitores que entrassem em contato com o conteúdo do periódico. Nesse sentido, os textos destacados e de rápida leitura, que foram citados acima, é um indício dessa preocupação didática.

No sentido inverso os editores e colaboradores também procuravam ilustrar seus leitores com textos de ícones do anarquismo como: Malatesta, Reclus, Ferrer, Faure e outros pensadores com o intuito de familiarizar seus leitores com uma linguagem mais “erudita”. Observe-se, por exemplo, o artigo de Sebastien Faure, intitulado “O bolchevismo e a atividade anarquista”, em que ele nega qualquer possibilidade de colaboração entre as classes.

Todo o entendimento entre capitalistas e proletários – por mais sedutor que seja a sua forma o seu objectivo e por mais que seja aceitável a sua forma – seria, para a classe operária, uma mystificação.

Seria uma grande falha se os militantes collocados á testa das organizações se deixassem arrastar, sem segunda intenção inconfessável, pelo caminho semeado das ciladas da colaboração das classes; e se isso se desse por covardia ou por cálculo, os dirigentes operários se tornariam então culpados da mais detestável das traições. (Faure, 1919, n. 31, p. 2).

É significativa essa estratégia planejada pelos editores de publicação de textos dos militantes europeus, porque nos sugere a preocupação dos editores do jornal em formar um leitor familiarizado com os principais teóricos do anarquismo, intelectuais que já haviam ganhado respaldo político entre os trabalhadores europeus. É importante verificar a presença, na mesma página do jornal, das chamadas simples e de fácil compreensão e artigos mais densos que exigiam uma leitura mais atenta.

Geralmente, os recortes de textos dos teóricos anarquistas eram publicados na segunda página do jornal, que passaram a ocupar o espaço dos artigos que, em 1917, procuravam convencer o leitor da necessidade da associação. Não quero com isso dizer que houve um abandono dos artigos que convidavam à sindicalização, muito pelo contrário, são evidentes as lutas que os colaboradores travavam entre si para fazer veicular no jornal a estratégia que os militantes realmente acreditavam como arma fundamental para a concretização da “Revolução Geral”.

Nessas disputas internas travadas no jornal, o anarco-comunismo levou, na década de 20, larga vantagem, considerando-se que os artigos relacionados ao comunismo libertário passaram a ocupar no periódico maior espaço do que os artigos relacionados ao anarco-sindicalismo. Nesse sentido, essa nossa consideração apenas justifica a afirmação que fizemos anteriormente, ou seja, que *A Plebe* deixa de ser, no ano de 1919, principalmente no período em que se tornara um jornal diário, um periódico

apenas informativo, para ser um jornal de formação cultural, uma “forma intermediária entre o jornal e o livro” (Pallares-Burke, 1995, p. 13). Assim, os artigos que vão cobrar mais instrução dos trabalhadores foram freqüentes no jornal depois de 1919. Ademais, as organizações de novas seções fortalecem a tese da necessidade de cultura e formação política que os editores fizeram veicular no jornal no final de 1919. “Biblioteca Social”, “O que os trabalhadores devem ler” e “O que é o anarquismo” são algumas das seções que ganharam maior espaço no jornal no período em que ele passou a ser uma publicação diária.

A missão educativa da militância anarquista

A educação dos trabalhadores passa a ser prioridade na luta pela emancipação humana. Pode-se afirmar, portanto, que *A Plebe* é fortemente influenciada pela “lógica do Iluminismo”, a crença de que o trabalhador que exerce a racionalidade seria conhecedor das enganações impostas pela imprensa burguesa e das causas que diretamente lhe diziam respeito. Desse forma, os colaboradores de *A Plebe* atribuíam-se a missão de fazer chegar aos trabalhadores conhecimentos que até então eram restritos a uma elite ilustrada, numa clara proposta de democratização da educação. O artigo de Antonio Canellas, intitulado “O dever dos intelectuais”, evidencia essa necessidade de indivíduos intelectualizados agirem socialmente.

Os intelectuais, quer os que ainda estão se formando nas escolas, superiores, quer os que já têm nome na vida social do país, esses sentem-se á vontade nesta atmosfera putrida de desonestidade, incompetência e reaccionarismo. Poucas exceções se verificam. (Canellas, 1919, n. 43, p. 1).

Observe-se que, para Antonio Canellas, o intelectual pode ser aquele indivíduo formado nas escolas ou na vida social do país, no caso, o jornalista, que conhece a real situação das classes trabalhadoras e que, segundo o autor, está pouco se preocupado com a tarefa de educar e humanizar essa população de excluídos da cultura. As raras exceções verificadas são aqueles intelectuais que, convencidos da necessidade de democratização da cultura, aplicam o seu tempo na divulgação do conhecimento às classes trabalhadoras. Nessa perspectiva, tenho a impressão de que a afirmativa de Pallares-Burke sobre a educação e o intelectual iluminista serve para compreender as idéias e ações dos colaboradores e editores do jornal *A Plebe*. Para esses indivíduos,

A educação, no entanto, não se confundia com a escola nem os educadores com os mestres de profissão. Filósofos, jornalistas, romancistas e homens de letras em geral tendiam a se considerar educadores devotados à tarefa de ilustrar o público, ou, como Diderot afirmou na *Encyclopédie*, “de mudar o modo de pensar dos homens”. O típico intelectual iluminista era, enfim, o que hoje descreveríamos como militantes, que na “praça pública”, com seus escritos em punho, se engajavam no que um deles, Lessing, descreveu como a “educação da raça humana”. (Pallares-Burke, 1995, p. 15).

A crença de que o jornal e o livro poderiam instruir e educar o público leitor, mudando o modo de pensar dos trabalhadores, era continuamente reafirmada pelos colaboradores do jornal. Cada vez mais, alongam-se as relações dos livros indicados para leitura nos grupos de estudos sociais, nas bibliotecas das associações de bairros e sindicais. O “jornalista-educador”, para usar o termo empregado por Pallares-Burke, via no jornal-livro a possibilidade de ilustrar uma população de trabalhadores que o Estado havia abandonado na ignorância e no analfabetismo. Tendo em vista essa preocupação com a cultura dos trabalhadores, outro artigo que muito chama atenção pela insistência no envolvimento de intelectuais na educação dos trabalhadores é o de Affonso Schmidt, intitulado “Apello aos intellectuais de todos os credos”. Esse colaborador assim se manifestava:

Não posso acreditar que a intellectualidade brasileira, uma das mais evoluída do mundo, permaneça inerte como bonzos, na contemplação estética do próprio umbigo, neste momento em que os intellectuais de toda a parte, com Anatole France, Barbusse e tantos outros á frente, vêm fomando na infantaria dos escravos rebellados. Dar-se-á caso de que na República dos Palmares todas as aspirações da liberdade tenham sido apagadas do bafejo embalador das synecuras?

Poetas, prosadores, artistas de todo o Brasil, amados peregrinos da mesma caravana, por Christo, por Dante, por Comte, por Kardec, por Blawatzky, por Bersant, por Bakaunine, sús! Formemos esquadrões! Vibremos nossos darins! O comunismo bate a nossas portas!

Abramol-as! (Schmidt, 1919, n. 34, p. 1).

Formar esquadrões de trabalhadores pensantes como em Palmares, como na Europa, é o grito de Schmidt. Ele apela a todos intelectuais para que abracem a árdua tarefa de mobilização pela educação da raça humana. É interessante notar que os apelos tão enfáticos à classe operária, que eram tão contundentes em 1917, suavizam-se e passam a ecoar principalmente nos ouvidos da intellectualidade brasileira que, segundo o autor, é uma das mais evoluídas do mundo.

O poder de mudança está relacionado diretamente com o poder de atuação de uma intellectualidade que, para Schmidt, pode abrir as portas do país para o comunismo. Nunca em nenhum momento da história de *A Plebe*, foi tão cobrada a atuação de intelectuais no movimento de ação direta para o desaparecimento da sociedade burguesa. Essa postura dos colaboradores de *A Plebe* está profundamente relacionada à crença na educação como instrumento de regeneração da raça humana, da racionalidade como possibilidade de mudança de comportamento dos indivíduos, enfim, de um ideal iluminista da instrução como condição do progresso humano.

Neste sentido era fundamental desenvolver estratégias que garantissem a manutenção e divulgação do jornal. Assim, todos eram convidados para a missão transformadora, já que o jornal pertencia a todos, e nessa hora era fundamental que ninguém se omitisse. Todos deveriam colaborar para a manutenção, divulgação, publicação e editoração do jornal.

Todo aquelle que tenha a possibilidade de escrever que nos envie artigos de caracter doutrinario ou sobre assumptos de actualidade, commentarios, notas, traducções,

noticias que possam interessar ao nosso movimento, correspondencia sobre factos locais, apontamentos sobre o movimento syndical operario e dos nossos grupos, etc. Para a divulgação do jornal formem-se grupos de bairros, de cidades, entre os associados dos sindicatos obreiros. Os grupos existentes que encomendem pacotes para fazer a propaganda nos sindicatos, nas fabricas e officinas, nos trens populares, em todos os meios operarios.

Como o jornal terá de viver única e exclusivamente só do auxilio dos camaradas e dos sympathizantes da nossa causa, que cada um trate de conseguir pacoteiros e assignantes, fazendo correr as listas de subscrições voluntarias, que a administração do jornal fornecerá, organisando festivaes, promovendo collectas em reuniões, enfim, conseguindo recursos por todos os meios consuetaneos com a coherencia libertaria. O jornal, que será um livro aberto ao exame de todos, de tudo prestará contas exactas.

Mas tudo isso deve ser feito logo, sem perda de tempo, fazendo cada qual aquilo que possa, que, por pouco que seja, será sempre um auxilio valioso. Que ninguem se detenha ante os indecisos. Estes serão estimulados pela acção dos demais.

Todo esforço será util. Quem não se julgar capaz de fazer uma coisa, poderá fazer outra - mas fazer.

Tão valioso será o auxilio do collaborador que nos envie seus originaes, como daquelle que ajudar a divulgar o jornal, enviar endereços de camaradas e sympathizantes ou trabalhar no sentido de tornar "A PLEBE" conhecida por meio da propaganda pessoal ou de boletins.

Mãos á obra, pois, companheiros! Activemos-nos para recuperar o tempo perdido na defeza da causa que nos anima! Ponhamo-nos todos em contacto immediato, associando os nossos esforços, e façamos viver pujante, forte e decidido o porta-voz de nossas aspirações libertarias! (Voltando, 1927, n. 245, p. 1).

O jornal precisava se manter com recurso próprios, para isso dependia diretamente das assinaturas, dos grupos de bairro, dos sindicatos, para garantir o número de assinaturas suficientes para se editar o jornal. No trem popular o militante encontrava estratégico para a divulgação de *A Plebe*. Pois, parecia ser um lugar propício para o convencimento do maior número de trabalhadores, para a necessidade da leitura de um jornal, que de fato, representasse os interesses do operariado. A dependência das assinaturas ficava ainda mais evidente quando os militantes cobravam dos divulgadores endereços de "camaradas" e "simpatizantes" do jornal. Não era possível manter a publicação apenas com a venda de jornais avulsos, a assinatura do jornal era condição fundamental para que *A Plebe* continuasse circulando.

Na publicação de 17 de outubro de 1919, *A Plebe* anunciava as perseguições que vinha sofrendo, alertando seus leitores para o fato de que o periódico poderia deixar de ser editado a qualquer momento, uma vez que fora empastelado pela perseguição política do governo que, em busca de propaganda subversiva, varrera a redação e as oficinas do jornal, destruindo exemplares e parte do equipamento da redação.

Essa perseguição policial torna-se visível na própria materialidade do jornal. Algumas páginas saíram em branco e os editores lamentam-se por não poderem fazer todas as entregas, porque alguns números foram apreendidos. Em 22 de novembro, o jornal consegue publicar o seu último número, antes do empastelamento. Novamente deixa espaços em branco na quarta página.

Sobre as ameaças de empastelamento, o jornal alertava: “Povo!... desperta para a lucta, porque vale ser pó, ser lama, ou ser cinza, do que ser homem, e ser covarde e ser captivo!”. (*A Plebe*, 1919, p. 1). Assim procedendo, queixa-se da postura popular, do seu alheamento frente à perseguição que o jornal vinha sofrendo.

O jornal voltou a circular regularmente no dia 23 de novembro de 1919, mas com publicação semanal e com apenas duas páginas. O momento coincide com as deportações de estrangeiros e a prisão de operários nacionais, além do fechamento das Escolas Modernas. Mesmo assim o jornal mantém sua publicação até o final de 1919. Em 15 de abril de 1919, o jornal registrava uma tiragem de 9.500 exemplares.

Sobrevivendo às perseguições e aos empastelamentos

No decorrer de 1920, *A Plebe* circulou semanalmente, sem ter de enfrentar tantos empecilhos. Nesse ano, chegou a publicar 49 números do periódico. Em 1921, até o mês de outubro, ao contrário do ocorrido no ano anterior, publicou, ainda denominando-se semanário, 23 números⁹.

Em março do ano seguinte (1922), o jornal volta à cena não mais se intitulando *Periódico Anarco-Sindicalista*, mas *Periódico Comunista-Libertário*. Há indícios de que algumas mudanças estavam em curso, sobretudo quanto ao conteúdo dos artigos e às práticas indicadas pelos editores e colaboradores. Os convites para eventos culturais aumentaram, em detrimento dos anúncios e convites de greves. Nesse ano, ao todo 24 números do jornal foram publicados. De 1920 a 1923, o número de edições publicadas ao ano girou em torno de 20. Essa equivalência nos números nos anos 20 deveu-se, principalmente, a dificuldades financeiras, associadas ao aumento do custo do papel e à falta de pagamento dos leitores.

Ainda sofrendo muito com as pressões governamentais e com a forte concorrência do movimento socialista, que crescia rapidamente, o jornal circula em 1923, mas, devido às dificuldades de editoração e impressão, tornou-se quinzenal. Embora seus editores tenham feito publicar 21 números, o jornal sucumbe diante das dificuldades impostas pela polícia e pela falta de dinheiro, fazendo publicar o seu último número em 27 de outubro de 1923.

Em abril de 1924, o jornal volta novamente às ruas, mas com proposta de circulação quinzenal. Depois de agitada propaganda sobre a necessidade de um periódico anarquista que circulasse mais

⁹ Não foi possível identificar porque *A Plebe* desapareceu. O jornal não traz pistas ou indícios sobre o ocorrido. Outro problema diz respeito ao desaparecimento de alguns números do periódico. Do número 125, salta-se para o número 176.

constantemente, tornou-se semanário em 1º de Maio de 1924, data de grande representatividade para o movimento anarquista. Mas, mesmo assim, as dificuldades financeiras e a perseguição política não permitiram que fossem publicados mais do que 11 números. O último número desse ano circulou em 28 de junho, sem despedida alguma.

A Plebe não circulou nos dois anos seguintes, e só voltou a ser publicada em 12 de fevereiro de 1927, intitulando-se Periódico Libertário. Mas não obteve novamente êxito algum. Até 06 de agosto 1927, circulando quinzenalmente, apenas 12 edições foram publicadas.

Sobre as perseguições à imprensa operária e as dificuldades de impressão, afirma Cruz (2000, p.126):

Tendo como base estruturas de financiamento e produção bastante frágeis, sofrendo constantemente a repressão dos órgãos policiais, essa imprensa assume os rituais que caracterizam a imprensa operária na época, tais como formato tablóide, subscrição voluntária, produção por pequenos grupos militantes, periodicidade irregular.

A perseguição aos redatores e colaboradores do jornal (Lei Adolfo Gordo) foi uma constante no período pesquisado (1917 a 1927) e, por vezes, ressaltado pelo próprio jornal nos seus reaparecimentos, como se pode verificar no Editorial abaixo transcrito:

Attingida mais uma vez pela reacção burguesa, "A Plebe" esteve com sua publicação interrompida desde julho de 1924.

Para que o clamor libertario cessasse de tocar a reunir a phalange dos párias sociaes para luta em prol de sua emancipação tudo fez a reacção capitalista: deu buscas em sua redacção, apprehendeu suas folhas, assaltou e destruiu sua officina e escriptorio, perseguiu, prendeu, deportou, desterrou e arrastou á morte diversos daquelles que lhe emprestavam o seu esforço desinteressado, o seu socego, a sua liberdade, a sua saude, a sua propria vida. (Voltando ..., 1927, n. 245, p. 1).

Outros órgãos da imprensa anarquista, e mesmo da grande imprensa, fizeram referência à perseguição a que estavam submetidos alguns periódicos. Os sucessivos empastelamentos de A Plebe indicam a grande repercussão que o jornal tinha entre os trabalhadores. Sobre a importância de A Plebe no interior das lutas operárias de 1917, em São Paulo, Khoury (1988, p.40), afirma:

Em 1917, 6 de julho, Leuenroth lança A Plebe, periódico de maior expressão no movimento anarco-sindicalista de São Paulo e, por vezes, do Rio de Janeiro, fundado no bojo das mobilizações do grupo às vésperas da grande greve geral de 1917, como expressão e instrumento de luta.

Enfim, o momento era de grande fertilidade para o desenvolvimento das atividades operárias. A República Velha estava em crise e sendo culpabilizada pelos problemas que o país enfrentava, muitos

deles decorrentes dos benefícios dados aos aristocratas do café. Por sua vez, os problemas sociais se ampliavam, a carestia de vida aumentava diariamente. Esse era o momento mais oportuno para o crescimento da organização proletária, que se expandiu diante da situação de opressão a que as classes trabalhadoras estavam submetidas.

Se algum significado pode ser atribuído ao jornal, esse significado relaciona-se principalmente ao caráter que seus editores, redatores e colaboradores deram à mobilização e educação das classes trabalhadoras, a qual, na cidade de São Paulo, crescia assustadoramente. Um significado essencialmente político, portanto o significado de *A Plebe* estava relacionado principalmente ao seu caráter de mobilização e educação da massa de trabalhadores que na cidade de São Paulo se ampliavam a todo o momento.

A Plebe discutia os mais diferentes temas: o papel da mulher na revolução social e no funcionamento da sociedade anarquista, a educação burguesa e a educação proletária, o ensino racionalista, assim como divulgavam práticas educacionais, peças teatrais, conferências, comícios, as propostas das escolas modernas e dos centros de estudos sociais, bibliotecas, etc. Divulgava, ainda, as greves operárias, buscando apoio aos grevistas, denunciando a atitude da polícia e a perseguição aos operários. Exerciam, enfim, papel crucial na organização e educação do proletariado de então.

Dessa forma, o operariado ultrapassou, pela imprensa periódica, “os espaços e mecanismos habitualmente consagrados como de prática política”, para então, “estender-se por escolas, centros de cultura, comemorações e festividades, dias de anarquia, bibliotecas e periódicos”. (Khoury, 1988, p. 72).

REFERÊNCIAS

- A.V. A arma indispensável. **A Plebe**, São Paulo, n.23, p.3, 26 jul. 1919.
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH – AEL
- BASTOS, P. Da organização operária. **A Plebe**, São Paulo, p.2, 2 ago. 1919.
- CANELLAS, A. O dever dos intelectuais. **A Plebe**, São Paulo, n.43, p.1, 1 nov. 1919.
- COMO entendemos a igualdade. **A Plebe**, São Paulo, n.31, p.2, 12 out. 1919.
- CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: EDUC / Fapesp, 2000.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- A FAMÍLIA no comunismo. **A Plebe**, São Paulo, n.30, p.2, 11 out. 1919.
- FAURE, S. O bolchevismo e a atividade anarquista. **A Plebe**, São Paulo, n.31, p.2, 12 out. 1919.
- FEIJÓ, R. Imprensa burguesa. **A Plebe**, São Paulo, n.22, p.1, 19 jul. 1919.
- FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem pátria, nem patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KHOURY, Yara Maria Aun. **Edgar Leuenroth uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas**. 1988. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária**. 1978. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

LEUENROTH, Edgar. Rumo à revolução social. **A Plebe**, São Paulo, n.1, p.1, 9 jun. 1917.

MAGNANI, Silvia Lang. **O movimento anarquista em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OITICICA, J. Mais alto... **A Plebe**, n.1, p.2, 22 fev. 1919.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The spectator, o teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PEREZ, A. Um apelo aos operários. **A Plebe**, São Paulo, n.24, p.2, 02 ago. 1919.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.1.

A PLEBE. São Paulo, 1917, 1919 - 1924, 1927.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, R. Mane. Theceu, phares. **A Plebe**, São Paulo, n.22, p.2, 19 jul. 1919.

SCHIMIDT, A. Apello aos intellectuais de todos os credos. **A Plebe**, São Paulo, n.34, p.1, 16 out. 1919.

VALESCA-MARI. Os anarquistas e a polícia. **A Plebe**, São Paulo, n.5, p.3, 9 jul. 1917.

VOLTANDO ao campo da luta. **A Plebe**, São Paulo, n.245, p.1, 12 fev. 1927.